



GEOGRAFIA DO VOTO CARIOCA

Julia Berezovoya Assis ¹

RESUMO

O movimento conservador vem ganhando força nas diferentes esferas da sociedade principalmente a partir de 2014. Nosso objetivo central é analisar, na perspectiva geográfica, a relação entre pautas conservadoras e a eleição de 2020 para vereadores e vereadoras da cidade de Rio de Janeiro. Esse movimento visa aprofundar o neoliberalismo no país, está alinhado à necessidade do sistema capitalista de aumentar a superexploração do trabalho e de buscar novas formas de acumulação, com diferentes estratégias de controle social. Destacaremos as pautas religiosas e a da segurança, no intuito de buscar contribuir para a análise do voto conservador e sua relação com o território. Parece que a ausência do estado e da atuação dos partidos tradicionais nesses territórios pode estar abrindo espaço para o avanço do movimento conservador no período em questão.

Palavras-chave: território, voto, milícia, evangélico, conservador.

ABSTRACT

Since 2014, the conservative movement is increasing its influence over different areas of society. The main aim is to analyse, through a geographic perspective, the relationship between conservative movement and the 2020 election for Rio de Janeiro's city councillors. This movement pursues to deepen the spread of neoliberalism in the country and is aligned to the capitalist need to increase its superexploitation of labour force and search for new ways of accumulation with different strategies of social control. Religious and security agendas and its relation to territory will be highlighted as an attempt to contribute to the analysis of the conservative vote. It seems that lack of state and traditional party presence on territories might be enabling the spread of the conservative movement over recent times.

Key words: *territory, vote, paramilitaries, evangelics, conservative.*

¹ Mestre do Curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense- UFF, jberezovoya@gmail.com



INTRODUÇÃO

O atual contexto, tanto o nacional quanto o da cidade do Rio de Janeiro, traz para a Geografia, ciência que se dedica a estudar o espaço, inúmeras questões. A sociedade avança no tempo, se desenvolve espacialmente e uma das suas expressões atuais, que este artigo se dispõe a analisar, é o crescimento do movimento conservador. Esse movimento pode ser observado em diversas áreas, como na sua forma bruta/empírica através das redes sociais, uma ferramenta tecnológica que tem o poder de ampliar e tornar público certos debates e opiniões, mas também no voto, e este é o nosso objetivo central: analisar, na perspectiva geográfica, a relação entre pautas conservadoras e a recente eleição (2020) para vereadores e vereadoras da cidade do Rio de Janeiro.

O movimento conservador vem ganhando maior espaço nas diferentes esferas da sociedade principalmente a partir de 2014. A crise econômica do período e o avanço da Operação Lava-Jato, que explicitou esquemas milionários de corrupção entre o setor público e privado, formaram um contexto propício para a rearticulação dos grupos da direita brasileira, enquanto manifestações atraíram centenas de milhares de pessoas para as ruas do Brasil. Austeridade econômica, combate à corrupção e militarização da vida e da política fizeram parte dos debates que culminaram na vitória, nas eleições de 2018, de candidatos com pouca expressão na política até então e representantes de um discurso conservador e de extrema direita, como Jair Bolsonaro para presidente do país e Wilson Witzel, ex-juiz federal, para governador do estado do Rio de Janeiro.

O cenário de instabilidade institucional, econômico e social criou a conjuntura interna propícia para tal reorientação política em direção a um projeto mais conservador e neoliberal, observado tanto no discurso que sustentou o *impeachment*/golpe parlamentar que retirou Dilma Rousseff da presidência da República em 2016 e abriu espaço para a chegada ao poder do seu vice, Michel Temer, quanto no resultado das eleições de 2018, que marcou a vitória de representantes políticos, com expressivo apoio popular, que traziam como sustentação da sua candidatura claros projetos de classe e de cunho conservador no que se refere às possíveis soluções para a crise econômica, política e social do momento.

Esse movimento conservador, em curso, visa aprofundar o neoliberalismo no país e está alinhado à necessidade do sistema capitalista de aumentar a superexploração do trabalho e de buscar novas formas de acumulação, com diferentes estratégias de controle



social. O Judiciário também teve papel importante no processo de desestabilização e perda de apoio popular ao governo encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com o avanço das atividades ostensivas da Operação Lava-Jato, que resultou numa série de prisões tanto de agentes públicos (culminando na do ex-presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva), como de empresários de grandes companhias brasileiras, principalmente as do ramo da construção civil.

Mesmo com a desaceleração do crescimento econômico, a crise da governabilidade, a Operação Lava-Jato e a pressão das ruas, Dilma foi reeleita em 2014, mas seu governo não chegou ao fim do mandato. No dia 31 de agosto de 2016, foi afastada da presidência da República. Um cenário incerto estava montado para a desestabilização das instituições da democracia formal burguesa, abrindo espaço para o avanço de reformas impopulares e conservadoras, numa readequação às transformações do capitalismo pós crise de 2008 e às novas formas de acumulação de capital pelos grupos dominantes. Alguém teria que pagar a conta pela crise econômica. Uma nova correlação de forças se estabeleceu nesse momento e foi se desmembrando em rearranjos locais, uma vez que os grandes partidos (PT, PMDB e PSDB) passavam por questionamentos na sua forma de conduzir a política pelas suas bases de apoio.

Com o *impeachment*/golpe efetivado em agosto de 2016, o grupo político capitaneado pelo vice Michel Temer (do PMDB, atual MDB), assumiu a presidência da república. A partir desse período, os momentos de instabilidade e tensão na sociedade continuaram aumentando, pois reformas impopulares foram colocadas em votação, assim como uma série de medidas que passaram a modificar os pilares democráticos construídos nos últimos anos. A reorientação das políticas públicas em prol dos grupos privados voltou a ganhar mais força, numa tentativa de retirar do Estado seu papel de investidor e promotor do desenvolvimento social e de transferir parte dos ativos do Estado para grupos privados. As eleições de 2018 seguiram a mesma tendência quando inúmeros representantes políticos para cargos do executivo foram eleitos. O Legislativo Federal também apresentou uma bancada conservadora expressiva.

O contexto de aprofundamento da crise política e econômica brasileira, e, no Rio de Janeiro, uma crescente crise na segurança pública, uniu conservadores nos costumes aos que defendem um projeto de política econômica baseado em reformas de caráter neoliberal. Assistimos ao crescimento da cultura do ódio, ao retorno do “medo dos comunistas”, da apologia da ditadura militar, da tortura e ao assassinato de Marielle



Franco, a quinta mais votada para o cargo de vereadora, e seu motorista Anderson em 14 de março de 2018, logo no início do período da Intervenção Federal².

Diante dessa conjuntura, destacaremos alguns elementos que caracterizam o atual movimento conservador e buscaremos estabelecer relações entre movimento conservador e o território. Nossa intenção é analisar a eleição de 2020 para compreender se há uma continuidade nesse processo de maior visibilidade às pautas conservadoras e buscar identificar as estratégias e expressões territoriais de grupos políticos associados às pautas conservadoras na esfera municipal. Destacaremos, no intuito de contribuir para a análise do voto conservador, as pautas religiosas e a da segurança. A questão econômica também é primordial e serve como um dos pilares de sustentação desse avanço, como base do projeto conservador, e tem avançado com reformas de caráter neoliberal, mas não será aprofundada neste trabalho.

Na questão religiosa, a ênfase será na relação entre evangélicos, voto e território. Na questão segurança, destacaremos alguns pontos, dentre eles: o recente aumento do engajamento político-partidário dos profissionais de segurança e a influência da atuação das milícias e seu domínio territorial, com foco na relação entre milícias-voto-território. A atuação das milícias é um tema recorrente quando o assunto é Rio de Janeiro, pois o avanço desses grupos paramilitares tem sido constante desde início dos anos 2000. Os reflexos na política e na vida da cidade são inúmeros.

Por fim, o artigo dialoga com a Geografia do Voto na sua tentativa de analisar o atual momento “político-territorial” da cidade. Buscaremos fazer uma análise espacial do voto, com foco nos dois grupos anteriormente citados. Haverá um padrão espacial na distribuição dos votos? O que pode estar influenciando o voto da população? Qual é o papel do território na escolha dos candidatos? Estratégias territoriais podem ser identificadas dentre as que foram utilizadas pelos diferentes grupos políticos? Entendemos que são inúmeras as variáveis envolvidas na escolha do voto, mas o que a distribuição espacial dos votos nas zonas eleitorais nos mostra?

Analisar a sociedade no momento presente exige colocar questões que possam trazer alguma evidência sobre o fenômeno social que se pretende compreender. As

² A intervenção federal no estado do Rio de Janeiro foi decretada pelo presidente Michel Temer no dia 16 de fevereiro de 2018, com duração prevista até 31 de dezembro do mesmo ano (Decreto no 9288/18). O general do exército Walter Souza Braga Netto foi nomeado interventor.



perguntas que serão levantadas neste artigo não serão respondidas em sua totalidade. Ele não testa hipóteses e nem traz resultados empíricos extensos, mas aponta questionamentos que visam dialogar com o arcabouço teórico e metodológico sobre o tema e que precisam ser aprofundadas em trabalhos posteriores.

METODOLOGIA

Visando aprofundar a análise entre movimento conservador e voto, o artigo está dividido em duas partes. Na primeira, o atual movimento conservador será caracterizado numa tentativa de elucidar alguns dos seus principais elementos, uma vez que ele não é um todo homogêneo, apresentando setores diversos. Dois setores foram selecionados para esta análise: grupos religiosos, com foco nos evangélicos, que, em geral, defendem agendas voltadas para a moralização dos costumes, se contrapondo, por exemplo, às políticas em defesa dos direitos homossexuais e reprodutivos, e o grupo composto principalmente por ex-policiais militares e delegados da polícia civil, que tende a defender pautas como a redução da maioria penal, medidas mais repressivas no combate à criminalidade, além das pautas corporativas da categoria, como salários e aposentadoria. Há uma interessante correspondência entre as pautas trazidas por estes dois grupos se analisarmos a política nas suas diferentes esferas, mas não trataremos deste assunto neste texto, daremos ênfase à política local. Uma análise mais detalhada do perfil dos vereadores eleitos na cidade do Rio de Janeiro nos últimos pleitos nos mostra que esses dois setores estão presentes, como um reflexo do movimento da sociedade, e que a sua distribuição geográfica pode trazer elementos para compreender como o movimento conservador se organiza e precisa ser analisado.

Na segunda parte, será apresentada uma proposta de análise do território a partir do voto. O atual cenário político reflete a atuação dos grupos conservadores na política e suas estratégias para tal. Para o estudo do comportamento eleitoral carioca, optou-se pelo levantamento bibliográfico sobre o tema e pela análise, ainda superficial, dos resultados eleitorais para os cargos do legislativo municipal (vereadores) com foco nos candidatos eleitos e sua distribuição espacial.



REFERENCIAL TEÓRICO

A Geografia do Voto pode ser um importante instrumento para o mapeamento dos votos e para a analisar a influência do território no voto. Segundo Forest (2017), os padrões espaciais do voto podem ser atribuídos a dois fatores: os efeitos da composição, que tem como foco as escolhas individuais, referem-se aos padrões produzidos pela composição e característica da população (como ocupação, renda, idade etc.) e são variáveis no espaço, e os efeitos do contexto, quando o ambiente ou contexto social do eleitorado orienta preferências políticas independente das características individuais. A perspectiva que dá ênfase ao contexto afirma que preferências políticas sofrem influência do lugar e da localização.

O efeito do contexto abrange diferentes escalas - da casa, passando pelo bairro, chegando ao país - de influência no voto. Na maioria das vezes, o efeito do contexto é analisado na escala do bairro, por isso utiliza-se também o termo “efeito de vizinhança”. Esse efeito pode resultar em homogeneidade política via interação direta entre as pessoas e pela influência de instituições como igrejas, e deve ser investigado para saber o seu real impacto. A cartografia eleitoral, importante ferramenta para a Geografia do voto, não consegue, sozinha, demonstrar se o resultado da eleição teve mais influência do efeito da composição ou do contexto.

De acordo com a Pontuação Ideológica dos Municípios (*Municipal Ideological Score*) desenvolvida por Power e Rodrigues-Silveira (2019), que indica uma relação entre eleição presidencial e eleições locais no que tange a orientação ideológica, a guinada para a direita consolida-se em 2016 nas eleições municipais, mesmo com a popularidade extremamente baixa do então Presidente da República, Michel Temer. Para os autores, o contexto da crise econômica e a queda de popularidade do PT no período devem ser considerados. Presidentes populares tendem a exercer uma força gravitacional na escolha dos candidatos na esfera municipal.

Como anda a cidade do Rio de Janeiro?

Em 2017, o estado do Rio de Janeiro aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal dos Estados. Segundo análise da Fundação Getúlio Vargas, diversos fatores contribuíram para essa situação, dentre elas: recessão econômica, que teve como um dos seus impactos a



redução da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal fonte de receita do Estado; queda do preço do petróleo, a segunda fonte mais importante de receita; e as despesas com pessoal e encargos sociais, dando ênfase na questão previdenciária. Em 2018, ainda de acordo com análise apresentada pela Fundação Getúlio Vargas, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central identificou o Rio de Janeiro como o Estado com pior desempenho entre todos os treze Estados analisados, sendo o único com queda do indicador. A recessão brasileira começou no segundo trimestre de 2014 e terminou no quarto trimestre de 2016. O Rio de Janeiro foi o último Estado a entrar em recessão (possivelmente por causa do efeito das Olimpíadas de 2016) e o último a sair, com uma perda de 9,3% da sua atividade econômica. Uma outra variável relevante a ser analisada é a taxa de desemprego média anual do RJ, menor do que a do Brasil em 2014 e 2015, passando a ser maior desde 2016. Enquanto a taxa de desemprego do país recuou levemente na passagem de 2017 para 2018, no caso do RJ ainda houve um aumento, chegando aos 15,0%.

Num contexto de fraco crescimento econômico e aumento do desemprego, o discurso da crise tende a ser utilizado para legitimar políticas públicas que apresentam soluções milagrosas, como reformas e privatizações, para um problema estrutural, partindo de lideranças conservadoras atuando junto aos setores empresariais, importante base de sustentação política. Esse tema, no entanto, não será aprofundado neste artigo.

Nos últimos anos, tanto o governo estadual quanto a prefeitura do Rio de Janeiro foram de responsabilidade da gestão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Sérgio Cabral foi eleito governador do Estado do Rio de Janeiro em 2006 e reeleito em 2010, numa gestão marcada pelo forte alinhamento com os governos Lula e Dilma, além de ser do partido do vice-presidente de Dilma Rousseff, que assumiu o poder em 2016. Contou também com uma bonança financeira no período do seu mandato por conta da alta do preço do petróleo e de políticas de incentivo à Petrobras, representando um aumento da receita do Estado.

Eduardo Paes (PMDB) esteve à frente da Prefeitura do Rio de Janeiro em 2008 e foi reeleito em 2012, em primeiro turno, e contou com ampla maioria na Câmara Municipal. Paes também era aliado de Sérgio Cabral (foi seu secretário de Esportes e de Turismo no primeiro mandato) e recebia apoio do ex-deputado federal Eduardo Cunha (também do PMDB) para liberação de verbas e aprovação de medidas no Congresso para conseguir realizar os investimentos durante o seu mandato. Em 2009, a cidade foi



escolhida como sede das Olimpíadas, o que trouxe grande visibilidade ao então prefeito e transformações no espaço urbano e na política urbana. O PMDB é um partido de direita no espectro ideológico.

A questão segurança pública

Em 2018 foi assinado o decreto que permitiu a Intervenção Federal na segurança pública do Estado com objetivo de “pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública.” Para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a Intervenção Federal conseguiu reduzir alguns indicadores de criminalidade e investir na capacitação em gestão de processos, compras e pessoas das polícias estaduais, mas isso não alterou o panorama e o contexto da segurança pública do Rio no seu plano macro. Esse grupo de pesquisadores concluiu, sobre o tema em questão, que sem um novo modelo de governança para a área, iniciativas caras, como foi a Intervenção Federal, não conseguirão surtir os efeitos necessários.

Segundo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, um levantamento feito a partir do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) – Ano-Calendário 2018, Exercício 2019, produzido pela Receita Federal, o total de policiais e membros das Forças Armadas, ativos e inativos, que pagaram Imposto de Renda em 2018 foi de 5.605.466, o que representa uma significativa parcela da população brasileira que pode se sentir representada com os seus pares na política, visando, inclusive conquistas em questões relacionadas à própria carreira (como aposentadoria e salários), para além da esfera da segurança pública como um todo. O discurso da “ordem” e hierarquia também aparecem com mais intensidade em momentos de instabilidade social e tem conseguido angariar bastante votos. Por mais que a segurança pública esteja no escopo de atuação do governo estadual devido a atuação das polícias civil e militar, o tema foi recorrente nas campanhas para vereadores e vereadores, e indica que análises dos pleitos para deputados estaduais também são necessários.

A questão religiosa

Parte do discurso religioso na política vem reivindicando um Brasil como uma nação cristã que foi, em tese, destruída por governos anteriores. Há, em alguns momentos,



uma unidade cristã para a aprovação de pautas de interesse em comum desses diferentes grupos religiosos. Pesquisas (BRAGA, 2008) também têm apontado para o estreitamento da relação entre evangélicos e política, não só no executivo como também no legislativo municipal. Contando com ampla rede de igrejas, os evangélicos, e a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em especial, têm apresentado um padrão de distribuição geográfica que se traduz em instrumento seguro de expansão e difusão de ideias e ideários religiosos que apresentam relação com o resultado das eleições municipais em 2016. Destaca-se que o texto constitucional não proíbe a relação entre partidos políticos e religião, mas as normas eleitorais proíbem a veiculação de propaganda política nos templos religiosos de uso comum³.

O número de fiéis das igrejas pentecostais vem crescendo ao longo das últimas décadas, assim como a sua representação nas diferentes esferas da política. Muito dessa influência pode ser atribuída aos meios de comunicação tradicionais, como um canal próprio de televisão, a TV Record, um jornal de abrangência nacional, a Folha Universal e, mais recentemente, os grupos de *whatsapp*. A imagem a seguir mostra a evolução da bancada evangélica na Câmara dos Deputados.

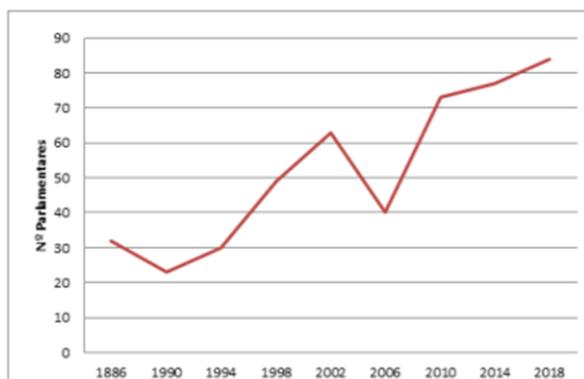


Gráfico 1. Evolução da Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados.

Fonte: VALLE, Vinicius Saragiotto Magalhães

É importante ressaltar que no período entre 2017-2020 a cidade do Rio de Janeiro elegeu como prefeito, pelo Partido Republicano Brasileiro (atual Republicanos), com apoio de vários segmentos evangélicos, Marcelo Crivella, da Igreja Universal, na disputa com Marcelo Freixo do PSOL. Foram 3.583.094 votantes, 1.700.030 votos para Crivella

³ Lei no 9504/1997.



e 1.163.662 para Marcelo Freixo (PSOL), seu adversário no segundo turno, além de 1.314.950 abstenções. O Partido Republicano Brasileiro (PRB) foi criado em 2005 e é o partido da IURD, apesar do esforço de distanciar a sua imagem desse segmento por parte das lideranças, visando buscar votos em outros setores, inclusive os não-religiosos e crescer enquanto partido (VALLE, 2018). Foi da base do governo Dilma até pouco antes do *impeachment*/golpe (o vice-presidente do Lula, José de Alencar, era do PRB).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O gráfico abaixo mostra a composição da Câmara Municipal do Rio de Janeiro logo após a eleição de 2020. Podemos identificar, a partir da distribuição da quantidade de vereadores eleitos por partido, que há uma absoluta prevalência de vereadores de direita (os partidos do chamado “centrão” foram agrupados como de direita devido a sua atuação muito próxima aos partidos tradicionalmente de direita), apesar da expressiva votação dos candidatos do PSOL, que elegeu sete vereadores e o mais votado na cidade (Tarcísio Motta).



Gráfico 2. Fonte: TSE. Elaborado pela autora

A análise da atuação dos candidatos a vereador indica uma forte presença dos dois grupos do setor conservador dentre os eleitos na cidade. Carlos Bolsonaro, do partido Republicanos, segundo colocado no número de votos, é um representante dos dois setores (agrega o discurso da segurança pública e o religioso, além do econômico de caráter

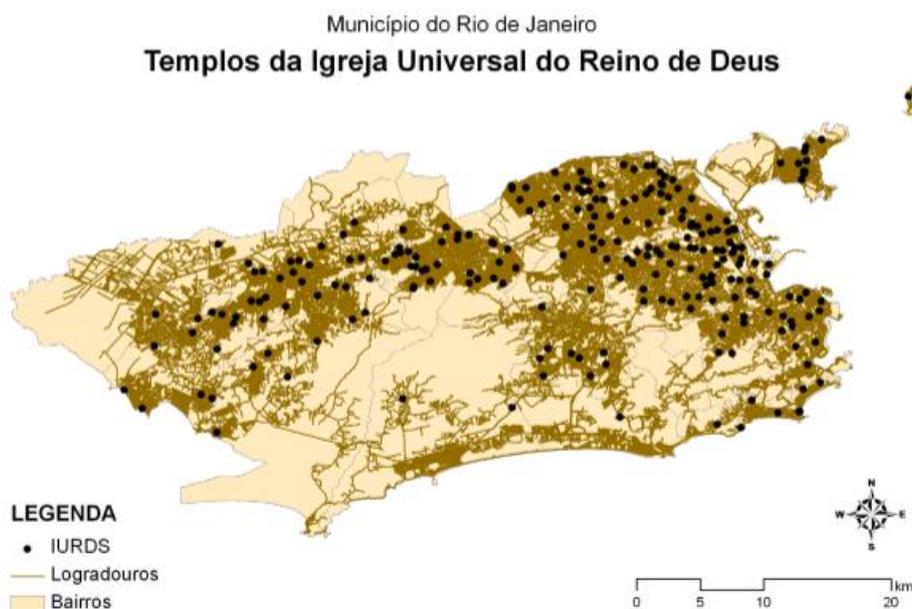


neoliberal). Gabriel Monteiro, do Partido Social Democrático (PSD), terceiro colocado, é *youtuber* e ex-policial militar. Além desses, os candidatos das reformas neoliberais também apresentaram bastante representatividade. Carlo Caiado e César Maia, eleitos pelo DEM, são representantes do setor empresarial e defensores das reformas. Bispo Inaldo, João Mendes de Jesus e Tânia Bastos eleitos pelo Republicanos, representam o setor dos políticos com base religiosa. Thiago Ribeiro, do DEM, ligado a Jorge Picciani, também se reelegeu e teve votos expressivos em Rio das Pedras, local de atuação de grupos milicianos.

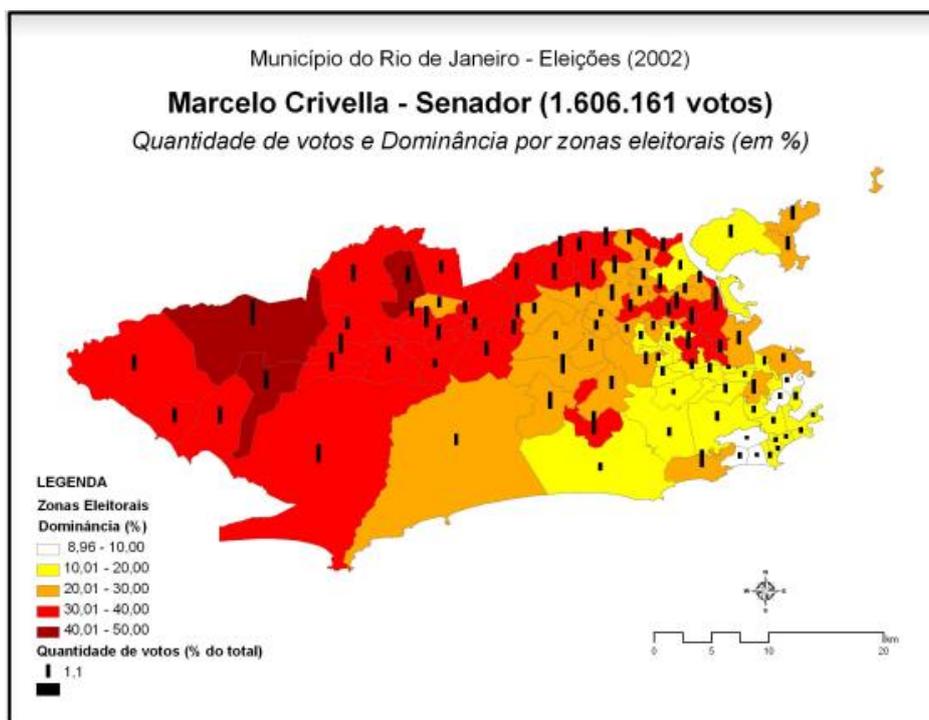
A questão religiosa

O discurso religioso na política vem reivindicando um Brasil que foi, em tese, destruído por governos anteriores, reivindicando o Brasil como uma nação cristã. Há em alguns momentos uma unidade cristã para a aprovação de pautas de interesse em comum desses diferentes grupos religiosos. Uma parcela significativa do município do Rio de Janeiro é evangélica. Braga (2008) mapeia os templos religiosos da IURD no Rio de Janeiro e relaciona a localização com o lançamento de candidaturas, identificando uma definida atuação desses candidatos pelo território, ou seja, estratégias territoriais da igreja, no período entre 2000 a 2006. A partir daí, identifica os territórios políticos da IURD (mapa 1) que são planejados, inclusive com fins eleitorais, uma vez que as Igrejas são importantes redutos eleitorais para seus candidatos.

Esses territórios estavam concentrados nas áreas menos desenvolvidas da cidade, o que, segundo a pesquisa, indica uma relação com o enfraquecimento do Estado, que passa a ser substituído por outros tipos de organização da sociedade civil. O conjunto de igrejas pentecostais tem no assistencialismo um importante apoio para a sua atuação além de criar redes de solidariedade para os membros, o que é fundamental para parcelas da sociedade em situação de vulnerabilidade. Convém ressaltar que a participação de grupos religiosos na política é legítima, a nossa intenção é analisar a relação entre religião-voto-território e o avanço de pautas conservadoras.



Mapa 1. Elaborado por BRAGA, 2008.



Mapa 2. Elaborado por BRAGA (2008)

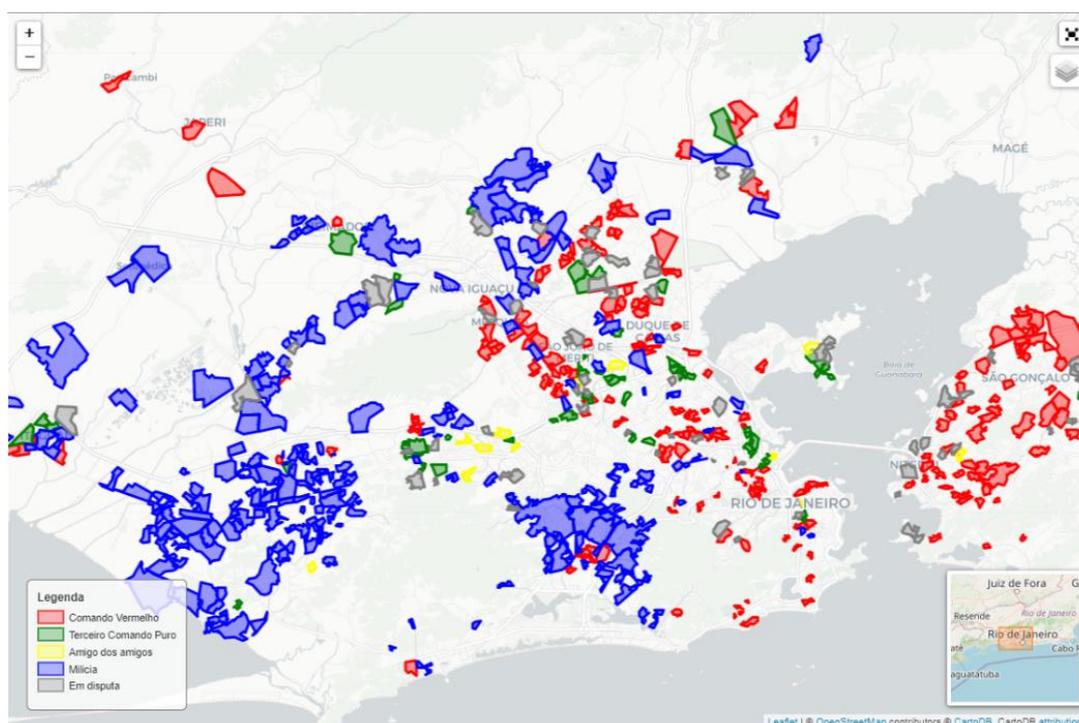
No mapa 2, chama atenção a pouca expressividade da votação do candidato Marcelo Crivella para o cargo de Senador na eleição de 2002 na Zona Sul, o número de votantes no 2o colocado (o primeiro foi Sérgio Cabral) e os importantes redutos eleitorais



da IURD na zona oeste. Análise mais detalhada dos votos indicou um território eleitoral da IURD, estabelecendo uma relação direta entre presença de igrejas e voto, e dando ênfase ao “efeito de vizinhança”.

A questão das milícias

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito revelou, em 2008, a atuação de agentes públicos dos órgãos de segurança e políticos (além de outros órgãos envolvidos, como o judiciário) em territórios predominantemente de baixa renda controlando serviços como gás e internet, e disputando, de forma violenta, o controle dessas áreas com outros grupos criminosos. O mapa 3 destaca a extensão do poder de alguns desses grupos criminosos e fortemente armados. Hidalgo e Lessen (2015) indicam a criação de “currais eleitorais” em territórios dominados por milícias



Mapa 3. Os Grupos Armados no Rio de Janeiro. Fonte: Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF), o datalab Fogo Cruzado, o Disque-Denúncia, o Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP) e a plataforma digital Pista News.



Estudo recente identificou, a partir de cruzamento de dados, a vantagem política das milícias em relação aos demais grupos armados na cidade quando o assunto é operações policiais. Regiões Administrativas (RAs) com menos operações policiais – como Guaratiba, Barra da Tijuca e Campo Grande –, os grupos armados predominantes são milicianos. Já as RAs com maior número de operações – Bangu, Méier e Pavuna – têm parte do seu território controlado pelos diferentes grupos ligados ao tráfico de drogas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço do movimento conservador no país nos últimos anos é multifacetado e tem sido analisado nas suas diferentes características. Procuramos analisar, ao longo do artigo, a relação entre movimento conservador, voto e território, mas um aprofundamento dos dados da eleição de 2020, principalmente o seu caráter espacial, ou seja, a cartografia do voto, ainda precisa ser desenvolvido para que novos elementos possam ser identificados. Parece que a ausência do estado e/ou a atuação dos partidos tradicionais nesses territórios pode estar abrindo espaço para o avanço do movimento conservador no período em questão.

REFERÊNCIAS

Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF) e Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ). **A expansão das milícias no Rio de Janeiro uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados**. 2021. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2021/04/20/expansao-das-milicias-no-rio-de-janeiro> Acesso em 19 de mai de 2021.

AGNEW, John. *Mapping politics: how context counts in electoral geography*. *Political Geography*. Vol. 15, No. 2, pp. 129-146. 1996 Editora Elsevier Science Ltd

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório final da comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar a ação das milícias no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado, 2008. Disponível em: http://www.nepp-dh.ufrj.br/relatorio_milicia.pdf Acesso em: 12 fev de 2021.

BALASSIANO, M. **Como vai a economia do Rio de Janeiro?** Disponível em <https://blogdoibre.fgv.br/posts/como-vai-economia-do-rio-de-janeiro> Acesso em 15 jul 2021.



BRAGA, D. F. **Pentecostalismo e política: uma geografia eleitoral dos candidatos à Igreja Universal do Rio de Deus no município do Rio de Janeiro– 2000 a 2006.**

Dissertação (mestrado)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, RJ, 2008. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/716527.pdf> Acesso em 14 de mar 2021.

DE LIMA, R. Sé. et all. **Rio sob Intervenção.** FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019. Disponível em:

https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/rio-sob-intervencao-2/ Acesso em 14 de ago 2021.

FAGANELLO, M. A. **O voto na bancada da bala: estudo de geografia eleitoral na cidade de São Paulo (2012/2016).** Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/325563> Acesso em: 09/02/2021

FOREST, B. **Electoral geography: From mapping votes to representing power.** *Geography Compass*. 2017;e12352. <https://doi.org/10.1111/gec3.12352>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020.** Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf> Acesso em 13 de ago de 2021

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Mapa eleitoral: A distribuição de votos nos bairros do Rio no 1º turno 2016.** Disponível em: <http://dapp.fgv.br/mapa-eleitoral-distribuicao-de-votos-nos-bairros-do-rio-no-1o-turno/> Acesso em 19 de ago 2021

GONÇALVES, R. D., **Eleições mapeadas: como se infere sobre a dimensão geográfica das eleições presidenciais brasileiras?** Revista Eletrônica de Ciência Política, vol. 6, n. 2, 2015. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/42646/26899> Acesso em 12 de abril 2021

HIDALGO, D. e LESSING, B. **Endogenous State Weakness: Paramilitaries and Electoral Politics in Rio de Janeiro.** 2015. Disponível em:

<https://events.barcelonagse.eu/live/files/882-pin15-lessingpdf> Acesso em 19 de jul de 2021

OSÓRIO, M., REGO, H.R.S. e VERSIANI, M. H.. **Rio de Janeiro: trajetória institucional e especificidades do marco de poder.** REVISTA CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO FLUMINENSE, no 12, 1o semestre 2017. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/viewFile/36738/25936> Acesso em 14 de maio 2021

POWER, T. J., RODRIGUES-SILVEIRA, R. **Mapping Ideological Preferences in Brazilian Elections, 1994-2018: A Municipal-Level Study.** *Brazilian Political Science Review*. [online]. vol.13, n.1, e0001, 2019.



TOLEDO, R. J. **O lugar e as eleições: A expressão territorial do voto no Brasil.** GeoTextos, São Paulo: USP, Vol. 3, No. 2, p. 171-183, 2007.

TSE **Resultado de Votação por Seção - Vereador - Rio de Janeiro - Retotalização - 21-12-2020.pdf** Disponível em: https://apps.tre-rj.jus.br/site/jsp/visualizar_arquivo.jsp?idconteudo=171346&idarquivo=164992 Acesso em 14 de abr 2021.

VALLE, V. S. M. **Direita religiosa e partidos políticos no Brasil: os casos do PRB e do PSC.** Revista Teoria e Cultura, v. 13 n. 2 (2018): "Direitas no Brasil contemporâneo" e "Música popular e sociedade". Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12425> Acesso em: 20 ago 21.

VICTORINO A. P., & DA SILVA SOUZA, C. A. (2021). **Poder e território: uma avaliação dos padrões de competição política no Estado do Pará.** CSONline - REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, (32), 280–295. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1981-2140.2020.27624> Acesso em: 7 ago 2021.

ZOLNERKEVIC, Aleksei e RAFFO, Jorge da Graça. **Geografia Eleitoral: representação espacial da volatilidade do voto.** GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, N°33, pp. 221- 228, 201